

Representações sociais da adolescência e do adolescente em projeto socioambiental no município de Assis-SP

Deborah Karolina Perez¹

Elizabeth Piemonte Constantino²

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

Introdução

Em abril de 1994, a *Associação de Recuperação Florestal do Médio Paranapanema – Flora Vale* – propôs a implantação do “Projeto Broto Verde”, com a intenção de retirar os adolescentes (de 12 a 14 anos) da rua e de desenvolver atividades ambientais. As atividades aconteciam num viveiro de mudas localizado na própria instituição, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigência na época.

A implantação do Projeto Broto Verde no município de Assis surgiu em face à problemática enfrentada na área da criança e do adolescente, tendo como preocupação inicial manter o adolescente longe das ruas e dentro da escola diminuindo assim a evasão escolar. Atualmente o Projeto Broto Verde desenvolve um cronograma capaz de contemplar as dimensões sociais, ambientais e educativas de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus alunos e de suas famílias, além disso, influenciar na produção de melhores condições ambientais, através de uma formação voltada para uma atuação ambiental consciente.³

O “Broto Verde” é viabilizado através de parcerias com instituições como a Prefeitura Municipal de Assis (PMA), que disponibiliza 40 bolsas-aprendizes e quatro profissionais educacionais – dois pedagogos e dois educadores físicos – que se dividem no atendimento entre período da manhã e tarde; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que repassa doações efetuadas por pessoas físicas e/ou jurídicas; Flora Vale, responsável pela gestão e parte de Recursos Humanos.

O projeto oferece semanalmente as atividades de educação ambiental, técnicas de viveiro, jardinagem e paisagismo, orientação psicológica, acompanhamento sociofamiliar, atividades físicas, esportivas e recreativas, que buscam assegurar o desenvolvimento integral do adolescente e o exercício da cidadania. É destinado a meninos e meninas de 14 a 16 anos, priorizando os de baixa renda. Os adolescentes recebem uma bolsa -aprendizagem no valor de cinquenta reais mensais, como *aprendizes*, conforme rege o ECA de 1996.

¹ Graduada no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP.

³ Conforme documento interno de identificação do Projeto Broto Verde, com referência ao ano de 2007.

Lemos (2007) realizou uma análise desse projeto, destacando como objetivo a integração do aluno pelo trabalho e pelas ações de normalização conduzidas por seus técnicos, através de atividades com psicólogos e pedagogos. Em acréscimo, focalizou o conceito de adolescente utilizado pelo projeto, a começar pelo título.

O título do projeto: “Broto Verde” também é interessante, pois, concebe sua clientela como seres que ainda são brotos e que devem amadurecer, ou seja, devem se tornar adultos “maduros” e integrados. Os adolescentes seriam brotos pequenos que deveriam ser cultivados e regados para que amadureçam e se torne um adulto obediente e produtivo. (LEMOS, 2007, p. 135)

As ideias sobre a adolescência veiculadas pelos meios de comunicação e pelos estudos científicos geralmente estão associadas a determinadas imagens, tal como sugere Salles:

A primeira idéia de adolescente, em geral, é associada a pessoas de determinada faixa etária, uniformizadas, no uso característico do jeans, tênis, walkman e rádios, que adoram namorar, dançar e ouvir música, freqüentadores de shopping Center e em busca de independência. (SALLES, 1998, p.15)

Essas e outras ideias acabam por exercer um papel determinante na forma como a sociedade representa o adolescente. Assim, continua a autora:

A ótica pela qual a sociedade vê, compreende e se relaciona com o adolescente é muitas vezes fruto das idéias disseminadas pelos meios de comunicação, pelas pesquisas e teorias que abordam essa faixa etária. Difundidas socialmente, tais idéias contribuem para criar a forma como é elaborada a representação social da adolescência. (op.cit., 1998, p. 15)

É nesse contexto que encontramos frequentemente a fala de pais, profissionais e muitas vezes dos adolescentes, referindo-se à adolescência como “(. . .) *um período difícil mesmo, complicado, uma crise*”.² A adolescência se define, nesse sentido, como um período natural do desenvolvimento e desobriga aqueles que trabalham com essa etapa de produzir ações que visem a apresentar alternativas de cuidados para essa faixa etária.

A adolescência surge como um fenômeno moderno e tem gerado variados estudos que a definem, contextualizam e descrevem. Vejamos algumas pesquisas de caráter determinante, no contexto da Psicologia.

A adolescência como mediadora para a vida adulta é uma ideia que se tornou comum e serviu de base para o trabalho desenvolvido por Aberastury & Knobel (1986), trazendo consigo a *adolescência como moratória*, a qual aparece como a dificuldade do adulto em aceitar o amadurecimento intelectual e sexual da criança.

Aberastury & Knobel (1986) caracterizam a adolescência como transição da puberdade para o estado adulto; condição ou processo de crescimento; mudanças corporais que remetem a um novo papel social; mudança na personalidade; nova adaptação, que exige um refúgio interno; temor e impulso para o desconhecido; luto da infância; atitude crítica frente ao mundo; liberdade exigida.

⁴ Grifo nosso.

Esses autores postulam a *Síndrome da Adolescência Normal*, que não se caracteriza numa patologia, mas em um conjunto de aspectos universais da adolescência.

O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas de acordo com o que conhecemos dele. Em nosso meio cultural, mostra-nos período de elação, de introversão, alternado com audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas nas quais se podem oscilar do ateísmo anárquico ao misticismo fervoroso, intelectualizações e postulações filosóficas, ascetismo, condutas sexuais dirigidas para o heteroetismo e até a homossexualidade ocasional. Tudo isso é o que eu chamei uma entidade semipatológica ou, preferindo, “uma síndrome normal da adolescência”. (Aberastury & Knobel, 1986, p. 28)

Philippe Ariès (1981), em sua *Historia social da criança e da família*, alude à importância de conhecer a gênese dessas instituições. Ao desvendar a criação da infância e da família, aborda algumas questões da juventude no momento em que apresentam as idades da vida: infância e pueridade; juventude e adolescência; velhice e senilidade – cada uma designando um período da vida diferente. Ariès mostra que, conforme as discussões científicas na Idade Média iam se tornando familiares, o conceito de adolescência se tornava natural, o que acontece de forma processual. Assim, no séc. XVIII, subsistiam infância e adolescência, não como hoje, pois esse conceito ainda não estava configurado.

O psicanalista brasileiro David Léo Levisky (1998) apresenta a adolescência como “(. . .) um processo que ocorre durante o desenvolvimento evolutivo do indivíduo, caracterizado por uma revolução biopsicossocial” (p. 21). Refere-se a esse período como transição do estado infantil para o estado adulto, em que comportamento e adaptação dependem da cultura e da sociedade onde o jovem se desenvolve, diferenciando puberdade de adolescência.

A puberdade, portanto, é um processo decorrente das transformações biológicas, enquanto que a adolescência é fundamentalmente psicossocial. (. . .) Vale lembrar que as velocidades de maturação de cada setor (biológico, psicológico e social), e das partes que a compõe, são distintas e interatuantes, dando o colorido típico que caracteriza o adolescente em nossa sociedade. (LEVISKY, 1998, p. 23)

Levisky (1998) retoma as *idades da vida* elaboradas por Ariès, salientando que há um *status* que as define, bem como a sua transição. Assim sendo, apresenta os pré-requisitos da sociedade contemporânea para atingir o *status* adulto: a competência de confrontar aspectos sociais, políticos, filosóficos, religiosos, econômicos, profissionais e afetivos, aplicados a qualquer contexto sociocultural, pressupondo um período de crise e desequilíbrio. A contradição entre a vida biológica e as imposições da cultura faz com que o jovem viva em busca de satisfazer uma excêntrica exigência da sociedade, de ser o que ele não é: adulto.

Essa crise está relacionada ao início da puberdade, isto é, à maturação biológica e ao início da adolescência em si, que pressupõem a busca por uma identidade. “O jovem em parte, é fruto dessa sociedade que o formou e que agora o repele ou lhe dá pouca guarida, ante suas necessidades afetivas e de valores” (LEVISKY, 1998, p. 28). As mudanças corporais aproximam o jovem do adulto. Porém, as transformações do corpo e da sua imagem têm velocidades diferentes, pois a imagem corporal é algo subjetivo e depende dos aspectos emocionais e funcionais, além das características sociológicas.

Seu pensamento cognitivo também sofre alterações. Há uma procura por autenticidade, autonomia e emancipação: é o início da vida introspectiva. Essa busca está inserida no processo de identificação do adolescente e, inerente a isso, encontra-se a crise normal da adolescência, configurada nas teorias de Aberastury e Knobel. O conflito é tomado como uma sucessão de lutos, que englobam a perda do corpo infantil, do papel e identidade infantis, dos pais da infância, da bissexualidade infantil e da endogamia, direcionando-se para a exogamia, isto é, a possibilidade de se relacionar com outros.

O psicanalista Contardo Calligaris, em seu livro *A Adolescência* (2000), aborda o estudo recente do tema, que teve seu ápice nos últimos cinquenta anos, e tenta explicá-lo em um contexto de culto a esse tempo da vida e como isso tem afetado a todos. A partir do tema explicitado pelo próprio título do livro, os pontos levantados pelo autor passam por definição e seus elementos, visão dos adultos, visão dos próprios adolescentes e visão da sociedade frente à adolescência.

Calligaris (2000) sugere que nos voltemos às questões históricas e propõe uma função para a existência da adolescência, que, tal como a infância, foi um conceito inventado para preencher uma função cultural de tornar a modernidade suportável. A adolescência preenche a função de ideal social fundamentada no desejo do Homem. “Se a adolescência não existisse, os adultos modernos a inventariam tanto ela é necessária ao bom desempenho psíquico deles” (CALLIGARIS, 2000, p.60). Essa adolescência que preenche tal função ideal é definida pelo autor como um estado de moratória, o qual, apesar de o adolescente já ter tido tempo para assimilar os valores compartilhados na comunidade e ter o corpo maduro, não é reconhecido como adulto. É um período localizado na espera daqueles que não são mais crianças, mas ainda não congregam a vida adulta.

As funções de ideal social e moratória possibilitam que o adolescente legitime uma identidade imposta pela sociedade, porque se espera do jovem desobediência, ao passo que isso se constitui no desejo inconsciente dos adultos de uma ação não satisfeita por eles; assim, desobedecer é, nesse caso, obedecer ao desejo dos adultos. Além disso, dentro desse contexto incoerente, é imposto ao adolescente o dever de ser feliz, já que ele é dotado de características como uma hipotética suspensão das obrigações, das dificuldades e das responsabilidades pertencentes à vida adulta, além de corpos capacitados ao prazer. (CALLIGARIS, 2000)

Dentro desse paradoxo, há ainda uma complicação temporal, pois é difícil pontuar a duração desse período considerado crítico e de transição. O início está geralmente ligado à puberdade, revelado através da manifestação das mudanças corporais, mas o fim se torna uma incógnita, sendo necessário descobrir o que se torna imprescindível ser adulto. “Moral da história: o dever dos jovens é envelhecer. Suma sabedoria. Mas o que acontece quando a aspiração dos adultos é manifestamente rejuvenescer?” (op. cit., 2000, p. 74). Tudo isso caracterizando uma adolescência abstrata, fruto do desejo dos adultos.

A Psicologia social apresenta-nos novas abordagens para compreensão da adolescência, numa tentativa de superar visões totalizadoras. Entre elas, citaremos a Psicologia Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais.

A Psicologia Sócio-Histórica, diferentemente dos conceitos universais, abstratos e naturais descritos anteriormente, considera a adolescência como uma construção histórica no desfecho da vida humana, o que só é possível pela compreensão de um homem sujeito a multideterminações, tal como proposto por essa teoria.

Sobre a Psicologia Sócio-Histórica, S. Bock (2002) afirma que esta “(. . .) aponta caminhos para entender o indivíduo na sua relação com a sociedade de forma dinâmica e dialética” (p. 69).

Partimos do pressuposto de que o psiquismo do ser humano se desenvolve por meio do processo de inserção na cultura e pelas relações sociais, de forma que o homem internaliza as atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas. Baseada nas teorias de Vygotsky (1986-1934) e Leontiev (1903-1979) sobre a combinação do uso de instrumentos de trabalho e dos signos presentes na linguagem e do “Processo de Hominização”, que se dá através do contato social, A. Bock (2004) sugere que o homem, por meio de sua atividade sobre o mundo material, humaniza o mundo, isto é, ao mesmo tempo em que atua e trabalha, suas aptidões e conhecimentos vão se cristalizando, o que só é possível mediado por seus instrumentos, principalmente a linguagem. Portanto, este é um indivíduo concreto, mediado pelo social, não um reflexo da sociedade, nem autônomo em relação a ela, mas determinado histórica e socialmente, que não pode ser compreendido separado de suas relações.

Nesse sentido, não é possível pensar esse homem desvinculado do seu contexto social, histórico e sobretudo dinâmico. A Psicologia Sócio-Histórica propõe uma “condição humana”, passível de ser conquistada pelo homem, através das suas relações e vínculos, em um processo sempre mediado.

A constituição da subjetividade humana resulta de um processo de síntese dialética para o qual concorrem tanto as condições objetivas de existência, quanto as subjetivas. Furtado (2001), ao discutir a gênese do psiquismo do homem moderno na Psicologia Sócio-Histórica, explica que a constituição da subjetividade é um processo singular que nasce na dialética entre sujeito e meio, definido pelas ações e mediante as quais a história pessoal e a do meio confluem em uma nova unidade que apresenta uma configuração subjetiva (relativa ao sujeito) e objetiva (relativa às bases econômicas e sociais) concomitantes.

Desse modo, argumenta A. Bock:

A adolescência foi criada pelo homem. Fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas; vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna, ocidental, a adolescência. Construída como fato social e como significado, a adolescência torna-se uma possibilidade para os jovens (e para os não-jovens), uma forma de identidade social. (BOCK, 2004, p. 40)

Em nossa história, notamos modificações nas formas de vida, evidenciadas nas revoluções industriais e científicas. Encontramos condições para que se formasse um novo grupo social, situado no aumento do tempo de tutela dos pais sobre as suas crianças, com base nas questões socioeconômicas, visando ao preparo para a vida adulta, e novamente o adolescente aparece como moratória, não como uma exigência, mas uma consequência “interessante”.

Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, a adolescência

(. . .) refere-se, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico. (op.cit., 2004, p. 41)

Tal como a Psicologia Sócio-Histórica, a Teoria das Representações Sociais também compreende que a adolescência representa um período que se constrói historicamente, a partir de necessidades sociais e econômicas, constituindo-se num processo social e psicológico. Acredita-se, por conseguinte, que o entendimento de como se formam as representações a esse respeito será de extrema importância para a intervenção nessa realidade. (ORZELLA, 2002)

De fato, as representações sociais, como um processo de significações que os indivíduos atribuem à realidade, são resultados da integração de suas experiências e valores com as informações que circulam no seu meio sobre um objeto e das relações que são estabelecidas com outros indivíduos. Dessa forma, as ideias e teorias veiculadas pelos meios de comunicação podem influenciar a forma como são elaboradas as representações. (SALLES, 1998)

A Teoria das Representações Sociais foi introduzida por Serge Moscovici, no seu trabalho *La Psychanalyse: son image et son public* (1961), tornando-se um importante eixo de investigação em Psicologia Social.

Moscovici desenvolveu sua teoria a partir do conceito de representações coletivas de Durkheim, que buscava compreender os fenômenos coletivos, tais como religião, o mito, a ciência, entre outros. No entanto, o autor tinha consciência que o modelo de Durkheim presumia uma sociedade estática e tradicional, ao contrário das sociedades modernas, que se movimentam dinamicamente. Por isso, Moscovici preservou o conceito de representação e excluiu o conceito “coletivo”, substituindo-o pelo de “social” (GUARESHI, 1996)

A representação social possibilita apreender os mais diferentes fenômenos e objetos das sociedades modernas, caracterizadas pela divergência, pluralidade e rapidez das mudanças econômicas, políticas e culturais. (MOSCOVICI, 1978)

As representações sociais modelam o que é dado do exterior, pela relação dos indivíduos e grupos com objetos, atos e situações estabelecidas por inúmeras interações sociais, quer dizer, esquadrinha os aspectos da realidade diária e dos cenários sociais. São elaborações mentais, construídas socialmente por intermédio da dinâmica estabelecida entre a atividade psíquica e do sujeito e o objeto do conhecimento. É, portanto, uma forma de conhecimento socialmente edificado e compartilhado que contribui para a construção de uma realidade comum a um sujeito social. (JODELET, 2001)

Como produção epistemológica, podemos dizer que não há representação sem objeto. Esse objeto se relaciona simbolicamente, recebendo um significado, em um contexto dinâmico e dialético. Assim, ao formar a representação de um objeto, o sujeito ele o constitui, o reconstrói em seu sistema cognitivo e o acomoda ao seu sistema de valores, que depende de sua história e contexto social inseridos.

Dentre os elementos necessários para a formação das representações sociais, destacam-se os processos sociocognitivos: objetivação e ancoragem. Esses processos agem de maneira dialética, no campo social.

Para Spink (1993), as representações sociais são fenômenos complexos a ser destrinchados. Para a construção desse conhecimento, os processos de *objetivação* têm a função de dar realidade material a um objeto abstrato, enquanto o de *ancoragem* classifica o objeto nas redes de categorização da sociedade.

Jodelet (2001) enfatiza que a objetivação é o processo pelo qual o indivíduo reabsorve um excesso de significações, materializando-as, ou seja, é um processo de construção formal de um conhecimento, pelo indivíduo.

Guareshi (1996) ressalta:

O processo de ancoragem que visa classificar, encontrar um lugar, domar e até mesmo “sujeitar” o não-familiar [...] implica, na maioria das vezes também um juízo de valor. E isso se entende, pois quando “nomeamos”, classificamos alguém, já o classificamos dentro de categorias que historicamente comportam essa dimensão valorativa. (p. 18)

Os processos de ancoragem e objetivação atuam de forma dialética, na formação das representações sociais; segundo Alvez-Mazzotti (1994), permitem compreender como o funcionamento do sistema cognitivo interfere no social e como o social interfere na elaboração cognitiva.

Na presente pesquisa, nós nos apoiaremos no conceito de representações sociais elaborado por Moscovici (1978), o qual afirma que investigar as representações culturais de certo grupo sobre um assunto específico nada mais é do que compreender como algumas conceituações se tornam familiares e passam a fazer parte da dinâmica social. Compreender as chamadas representações sociais possibilita conhecer melhor as nossas próprias ações.

Assim, a adolescência não é natural nem patológica, mas sim histórica e social, construída nas relações. Essa conclusão é endossada também por Salles (1998), no estudo das representações sociais da adolescência e do adolescente, realizado com profissionais que atuam em algumas escolas da rede pública e junto também com os adolescentes, alunos dessas escolas, sugerindo que

[...] a adolescência só pode ser compreendida num emaranhado de fatores de ordem individual, histórica e social, razão pela qual o desenvolvimento pessoal só pode ser compreendido na relação com o mundo. No entanto, os estudos muitas vezes acabam por fragmentar o adolescente, não permitindo percebê-lo como uma totalidade, como uma pessoa inserida em um contexto histórico social, determinado pelas suas relações sociais, ao mesmo tempo que as determina. Cabe buscar a unidade, mesmo contraditória nessa diversidade, para começarmos a caracterizar a representação social do adolescente e a dos outros sobre a adolescência. (SALLES, 1998, p.81)

Com base nas considerações acima, propõe-se um trabalho que pretende pesquisar como as representações sociais formadas por profissionais e adolescentes participantes do programa “Broto Verde” podem interferir no processo educativo desses grupos.

Para isso, os objetivos dessa pesquisa em andamento se concentram em:

Objetivos Gerais

Investigar as representações sociais de adolescentes e profissionais integrantes de um projeto socioambiental acerca da adolescência e do adolescente, além de compreender como essas representações podem interferir nas relações entre esses dois grupos.

Objetivos Específicos

Pesquisar, a partir das ideias acerca da adolescência, difundidas pelas teorias psicológicas e pelos meios de comunicação, como o adolescente representa a si mesmo e

a adolescência, como o profissional representa o adolescente e a adolescência e como essas representações podem se articular.

Material e Métodos

Este estudo se fundamenta na pesquisa qualitativa, compreendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, como construções humanas significativas. (MINAYO, 2000)

A escolha da teoria das representações sociais está diretamente relacionada ao levantamento de como os profissionais e os adolescentes atribuem sentidos às vivências cotidianas no “Broto verde”.

A população-alvo será constituída por profissionais e adolescentes. Os instrumentos de pesquisa e procedimentos se constituem em entrevista semiestruturada individual, com roteiro pré-definido, e análise documental.

Análise dos resultados

Dentro de uma abordagem qualitativa, a análise dos dados se dará com o Método de Análise de Conteúdo sobre os temas que emergirão das entrevistas. Segundo Spink (1993), para analisar os resultados, primeiramente se reúnem os dados coletados em torno de um significado comum e, em seguida, em torno de categorias de análise relativas, tratando-se de inferir a estrutura de representações sociais com fundamento em vários indicadores.

Conclusão

A apresentação desta pesquisa, mesmo sem estar concluída, baseia-se na importância de chamarmos a atenção de acadêmicos da área psi e de profissionais educacionais e sociais para as suas práticas em geral. Acreditamos ser necessário conhecer a realidade onde aplicamos conhecimentos teóricos, para que atuemos com responsabilidade e respeito pelo outro. Para isso, é preciso observar, investigar e esclarecer aspectos da vida cultural que são determinantes na vida das pessoas e, no caso de nossa pesquisa, desses adolescentes. Devemos sempre compreender as mudanças sociais e culturais dos grupos em que estamos inseridos profissionalmente, de modo a construir conjuntamente práticas significantes.

Referências

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1986). *Adolescência Normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Alves-Mazzotti, A. J. (1994, janeiro/março). Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações a educação. *Em Aberto*, 14(61)
- Bock, A. M. B. (2004). *A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano. A adolescência em questão*. Acessado em 22/07/2008, do http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622004000100003.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M. B. Bock, O. Furtado & M. G. Marchina. *Psicologia Sócio-Histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia* (pp. 15-35).. São Paulo: Cortez.
- Bock, S. (2002). *Orientação Profissional: A Abordagem Sócio Histórica*. São Paulo: Cortez.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Furtado, O. (2001). O psiquismo e a subjetividade social. In A. M. B. Bock, O. Furtado & M. G. Marchina. *Psicologia Sócio-Histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia* (pp. 75-93). São Paulo: Cortez.
- Guareshi, P. (1996, setembro). Representações Sociais: Alguns Comentários Oportunos. In C. M. Nascimento-Shulze. *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representações sociais*, 1(10). Florianópolis: ANEPP.
- Jodelet, D. (org.) (2001). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora VERJ.
- Lemos, F. C. S. (2007). *Crianças e adolescentes entre a norma e a lei: Uma análise Foucaultiana*. Dissertação (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, UNESP, Assis.
- Levisky, D. L. (1998). *Adolescência: Reflexões Psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. S. (2000). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. R.J.: Zahar.
- Orzella, S. (2002). *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Salles, L. M. F. (1998). *Adolescência, escola e cotidiano: contradições entre o genérico e o particular*. Piracicaba: Unimep.

Spink, M. J. (1993). O estudo empírico das Representações Sociais. In M. J. Spink (org.). *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

Zamboni, C. (2007). Juventude uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In P. A. Guareschi & V. Veronese (orgs.). *Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes.

Recebido: 17 de dezembro de 2009.

Aprovado: 15 de janeiro de 2010.